

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS TERREIROS EM SALVADOR

Angela Gordilho Souza

Secretária Municipal da Habitação

O projeto de Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador refere-se a uma ação pública diferenciada e inovadora desenvolvida pela Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) e pela Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB), em convênio com o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO), com apoio das entidades representativas ACBANTU, FENACAB, a Fundação Cultural Palmares e a Seppir. Tem como objetivo principal valorizar o patrimônio afro-cultural dos terreiros, de grande influência sociocultural na cidade, e, com a regularização fundiária dos terreiros situados em áreas municipais, viabilizar a implementação de outras políticas públicas.

Deve-se ressaltar a importante contribuição dos terreiros na resistência cultural e religiosa e na afirmação da cidadania da população afro-descendente e seu valioso papel no processo histórico de ocupação urbana, contribuindo na conformação de diversos bairros populares em Salvador, tais como Engenho Velho da Federação, Curuzu e Mata Escura, entre outros.

Assim, essa ação visa, em primeiro lugar, contribuir para a preservação desses espaços de cultura, cidadania e religiosidade, incluindo candomblés, centros de caboclo, rodas de gira e umbanda. É comum denominar essa diversidade religiosa de Comunidades Terreiros, ou simplesmente Terreiros de Candomblés, os quais se constituem, em geral, em um misto de celebração de cultos, moradia e espaço sócio-educativo, onde são também desenvolvidas atividades sociais em benefício das populações locais.

Apesar de Salvador ser majoritariamente composta por afro-descendentes (83%), e da importância dos terreiros para o patrimônio sócio-cultural da cidade, não se dispunha de dados sistematizados nem indicativos de ações públicas que contemplassem os terreiros nos bairros populares. Somem-se a isso as precárias condições físicas da maioria dessas casas de culto, bem como a vulnerabilidade da posse do imóvel.

A partir dos resultados do levantamento cadastral de todos os terreiros de Salvador, a próxima etapa desse trabalho consiste em identificar aqueles situados em áreas de propriedade municipal visando ampliar o Programa Municipal de Regularização Fundiária empreendido pela SEHAB, que atualmente abrange apenas os imóveis de uso habitacional, considerando ser este um instrumento indispensável para o fomento de novos projetos e políticas públicas.

Nesse sentido, foi desenvolvido projeto piloto no bairro do Engenho Velho da Federação, com recursos financeiros do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, visando o desenvolvimento de metodologia própria para uma ação mais ampliada. Deve-se ressaltar que essa ação pioneira foi concebida em conformidade com as políticas públicas afirmativas que vêm sendo implementadas pelo governo federal, particularmente àquelas relacionadas à população afro-descendente, valorizando assim as sinergias para o aperfeiçoamento do processo e dos seus resultados.

Destaca-se o elevado potencial de replicabilidade da metodologia participativa adotada, englobando aspectos físicos, econômicos e sócio-culturais dos terreiros, já afirmado pela sua utilização no projeto de Mapeamento dos Terreiros de Salvador, e pelo interesse demonstrado por outros estados e municípios para promoção de ações similares.

Além dessas ações com vistas à regularização fundiária dos terreiros do Engenho Velho da Federação, a SEHAB desenvolveu também, com recursos do Ministério das Cidades e com a participação da Superintendência de Urbanização da Capital – SURCAP, o projeto de melhorias de escadarias e praças visando promover a melhoria da mobilidade no bairro. Nesse projeto, adotou-se como diferencial o reconhecimento da presença dominante da cultura e da religiosidade afro-brasileira nesse bairro, trabalhando-a como a marca determinante das soluções urbanísticas adotadas. Buscou-se, dessa forma, uma atuação ampliada do poder público municipal, a partir da constatação dos graves problemas relacionados aos acessos e escadarias do bairro, os quais se encontravam em precárias condições físicas, ao mesmo tempo, remetendo-se à valorização da identidade étnico-cultural existente.

Além disso, o desenvolvimento da referida prática vem reforçar o pressuposto inicial da importância do processo participativo para o êxito das políticas públicas sociais, desde a definição da metodologia até a implementação das ações. Particularmente para essa ação piloto, essa postura foi de importância ainda maior, considerando-se os padrões de comportamento e rotinas específicas das comunidades de terreiros.

Por fim, com ações dessa natureza caminha-se no estabelecimento de novas políticas públicas, de reconhecimento e respeito à diversidade étnico-cultural e religiosa, de promoção de participação e enfrentamento da exclusão, indo ao encontro das reivindicações das comunidades quilombolas urbanas que exigem a adoção de políticas específicas, com vistas ao exercício efetivo de sua cidadania e à conquista de cidades socialmente mais justas.